

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	33
-------------------------	-----------

1.

PREMISSAS DO NOVO RACIOCÍNIO PROBATÓRIO: DOIS MODELOS PARA O FUNCIONAMENTO DA PROVA.....	35
---	-----------

1.1. Do modelo subjetivo: a crença do juiz como cerne da prova	38
1.1.1. Consequências gerais de sua adoção	41
1.2. Do modelo objetivo: o convencimento do juiz retira- do do cerne da prova.....	43
1.2.1. Consequências gerais de sua adoção.....	46
1.3. O presente livro somente tem sentido sob a premissa da adoção de um modelo objetivo	50

2.

A PROVA TESTEMUNHAL E SEU ESTADO DA ARTE NA DOCTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA	53
2.1. Noções preliminares.....	55
2.2. Admissibilidade	58
2.2.1. Exclusão por conta do objeto (fato a ser provado). Hierarquias entre meios de prova?	58
2.2.1.1. Posição a favor da hierarquia entre meios de prova e necessidade de prova “mais segura” do que a testemunhal para a prova de determinados fatos.....	58
2.2.1.2. Posição contrária à hierarquia entre meios de prova: prova testemunhal seria tão segura quanto as demais, independentemente dos fatos a serem provados	64
2.2.2. Exclusão por conta do sujeito	68
2.3. Produção.....	70
2.3.1. Testemunha da parte ou do processo?	70
2.3.2. Cuidados para não “contaminação” da testemunha.....	73
2.3.3. Formas de interrogatório.....	75
2.3.3.1. Perguntas diretas x narrativas livres	75
2.3.3.2. Perguntas pelo juiz x pelos advogados?	79
2.3.3.3. Formas para supostamente garantir a veracidade do depoimento.....	82
2.4. Valoração	85
2.4.1. Imediação, contato pessoal e impressões subjetivas	85
2.4.2. Valor do testemunho e suficiência.....	88
2.5. Conclusões parciais.....	96

A CIÊNCIA E AS PREMISSAS

DA DOUTRINA TRADICIONAL 99

3.1. A epistemologia e o testemunho (ou as epistemologias do testemunho): a presunção de veracidade do testemunho jurídico em xequê 99

3.1.1. Noções preliminares 101

3.1.1.1. O testemunho na epistemologia e no Direito 101

3.1.1.2. Testemunho implica transmissão de conhecimento? 108

3.1.1.3. Autoridade e confiança 116

3.1.1.4. Mentiras e erros honestos 121

3.1.2. Concepções da epistemologia do testemunho... 125

3.1.2.1. Presuntivismo (não reducionismo) 126

3.1.2.2. Não presuntivismo (reducionismo) 134

3.1.2.3. Dualismo: uma terceira corrente? 139

3.1.3. A revalorização da dimensão epistêmica do testemunho jurídico: do presuntivismo ao não presuntivismo; da avaliação da testemunha à avaliação do testemunho 141

3.2. A Psicologia experimental do testemunho: bases científicas para as dificuldades de detecção de mentiras e para a consideração dos erros honestos 145

3.2.1. Considerações iniciais sobre a prova testemunhal: entre o Direito e a ciência 145

3.2.2. Considerações básicas sobre a metodologia 149

3.2.3. Metodologia 159

3.2.4. A insinceridade do testemunho: o mito da detecção de mentiras e a real impossibilidade de sua detecção 161

3.2.4.1. Ausência de “sinais indicativos” eficientes de mentira e nulo papel do “treinamento” 161

3.2.4.2. Fatores que influenciam a percepção de credibilidade: confiança e forma de exposição	164
3.2.5. Erros honestos e fatores que os influenciam: falhas na percepção e na recuperação das memórias da testemunha	167
3.2.5.1. Falhas de percepção	168
3.2.5.1.1. Aspectos visuais básicos: luz, alterações de luz e cores	168
3.2.5.1.2. Velocidade	171
3.2.5.1.3. Distância	174
3.2.5.1.4. Tempo de exposição (duração do evento)	176
3.2.5.1.5. Idade	177
3.2.5.1.6. Efeito do foco na arma (<i>wea-pon focus</i>) ou em objetos que estão “fora de contexto”	179
3.2.5.1.7. Estresse	182
3.2.5.1.8. Álcool e outras drogas	183
3.2.5.2. Falhas na recuperação da memória	185
3.2.5.2.1. Tempo entre o evento e a recuperação (<i>retention interval</i>)	187
3.2.5.2.2. Informações pós-evento (<i>post-event information</i>)	190
3.2.5.2.3. <i>Feedback</i> sobre o desempenho da testemunha	193
3.2.5.2.4. Forma de perguntas (viés confirmatório e <i>leading questions</i>)	195

41.

PROPOSTA DE UMA RECONSTRUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL	201
---	-----

4.1. Premissas delineadas para a reconstrução	201
4.2. Enfrentamento das premissas do Direito à luz da ciência e da epistemologia.....	204
4.2.1. Quanto às premissas ligadas à fase da admissibilidade	204
4.2.1.1. Da inadmissibilidade por questões objetivas	205
4.2.1.2. Da inadmissibilidade por questões subjetivas	208
4.2.2. Quanto às premissas ligadas à fase da produção das provas.....	212
4.2.2.1. Testemunha da parte ou do processo?..	212
4.2.2.2. Da não contaminação da testemunha: somente no momento da audiência?	217
4.2.2.3. Das supostas formas de garantia da veracidade do testemunho	221
4.2.2.3.1. A presença do juiz, o juramento e o crime de falso testemunho	223
4.2.2.3.2. A acareação	226
4.2.2.4. Das formas de interrogatório.....	228
4.2.2.4.1. Perguntas diretas ou narrativas livres?	229
4.2.2.4.2. Perguntas pelos advogados ou pelo juiz?	231
4.2.3. Quanto às premissas ligadas à fase de valoração	233
4.2.3.1. O contato pessoal do juiz com a testemunha e os mitos que o circundam.....	234
4.2.3.2. Os diferentes tipos de testemunho e sua valoração.....	236
4.2.3.3. Critérios para a valoração da prova testemunhal.....	238

	4.2.3.4. Suficiência: pode a prova testemunhal, sozinha, atender standards probatórios?	242
--	---	-----

5.

CONCLUSÕES	247
5.1. Conclusões Gerais	247
5.2. Conclusões Específicas	249
5.2.1. Propostas para o legislador.....	249
5.2.2. Propostas para o juiz e para os tribunais	252
5.2.3. Propostas para o advogado e para as partes	253
5.2.4. Propostas para as testemunhas	253
Referências bibliográficas	255